NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO

Por Camila Costa Rizzo Bazzoli

O Decreto-Lei nº 201/67 elenca, em seu artigo 1º, as condutas que ensejam a configuração de crime de responsabilidade quando praticadas por prefeito municipal no curso do mandato.

Entre as ações tipificadas, destacam-se: **i)** apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio; **ii)** utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos; **iii)** desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas; **iv)** ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes; **v)** adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei; **vi)** nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.

Os julgamentos das ações desta natureza pelo Poder Judiciário independem de pronunciamento prévio pela Câmara dos Vereadores. O processamento das ações referentes aos crimes praticados pelos prefeitos no curso do mandato é de competência originária do Tribunal de Justiça. Já os processos julgados após o encerramento do mandato são de competência da 1ª instância, por haver cessado o foro por prerrogativa de função.

As penas atribuídas à prática do crime de responsabilidade variam de 03 (três) meses a 12 (doze) anos, a depender da conduta empreendida. O Decreto-Lei dispõe, ainda, que a condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos no artigo 1º do mencionado diploma acarreta em penalidade gravosa ao gestor público. Trata-se da perda de cargo e inabilitação pelo prazo de 05 (cinco) anos

para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

Todavia, importante destacar que, para a configuração do crime, não basta o enquadramento da conduta praticada ao tipo. Ou seja, não é possível concluir que a mera prática de qualquer das condutas elencadas no Decreto-Lei implique na responsabilização por crime de responsabilidade.

Além do aspecto objetivo - enquadramento da conduta praticada pelo Gestor Público ao tipo penal -, indispensável a análise do elemento subjetivo do tipo penal - existência do dolo específico -, entendido como a consciência e a vontade do agente em realizar determinada conduta, visando interesse e/ou vantagem pessoal.

Nesse sentido, destacam-se precedentes do TJMG que confirmam ser indispensável a comprovação do dolo específico para que o administrador público incorra nas penas previstas para o crime de responsabilidade (destacou-se):

“APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO – PRELIMINARES - INÉPCIA DA DENÚNCIA - NULIDADE DA SENTENÇA - PARCIALIDADE DO JUIZ - REJEIÇÃO - ATIPICIDADE DA CONDUTA (...) O tipo descrito no art. 1º, inciso XIII, do Decreto-Lei nº 201/67, exige para sua configuração a existência do dolo específico, visando interesse e vantagem pessoal do agente público. Existindo dúvida quanto à ocorrência desse dolo, há de se absolver o Réu com espeque no Princípio do "in dubio pro reo", nos termos do art. 386, III e VII do CPP” (Apelação Criminal 1.0177.13.000192-4/001, Relatora: Desa. Denise Pinho da Costa Val , 6ª Câmara Criminal, julgamento em 18/04/2016)

“APELAÇÃO CRIMINAL - EX-PREFEITA MUNICIPAL - ADMISSÃO DE SERVIDORES EM DESRESPEITO À LEI - CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO - ENQUADRAMENTO DA CONDUTA DA RÉ - DOLO - DÚVIDA QUANTO À CONFIGURAÇÃO - ABSOLVIÇÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Tendo a denunciada admitido servidores no quadro funcional do município sem o devido concurso público, configurado está o aspecto objetivo do tipo penal descrito no art. 1º, inciso XIII, do Decreto-lei nº 201/67. **O dolo**

exigido, entretanto, não se demonstra suficientemente delineado e leva à manutenção da absolvição” (Apelação Criminal 1.0461.06.033688-4/001, Relatora: Des. Márcia Milanez , 1ª Câmara Criminal, julgamento em 24/11/2009)

Em recente julgado, a 6ª Câmara Criminal do TJMG reiterou a necessidade de comprovação do dolo específico para configuração do crime de responsabilidade, além de sustentar que nem toda “irregularidade” de ato administrativo praticado se traduz em crime de responsabilidade:

“APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE RESPONSABILIDADE DE EX-PREFEITO MUNICIPAL - CONDUTAS DE APROPRIAR-SE DE BENS OU RENDAS PÚBLICAS, OU DESVIÁ-LOS EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO (ART. 1º, INC. I, DO DECRETO-LEI 201/67) E UTILIZAR-SE, INDEVIDAMENTE, EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO, DE BENS, RENDAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS (ART. 1º, INC. II, DO DECRETO-LEI 201/67) - INCONFORMISMO MINISTERIAL - PEDIDO DE CONDENAÇÃO - NÃO CABIMENTO - AUSÊNCIA DE PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DELITIVAS - ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 01. Em se tratando de atos administrativos praticados por Prefeitos Municipais, deve-se ter em mente que nem toda "irregularidade" que os acomete é passível de se traduzir em crime de responsabilidade, porque o que interessa ao Direito Penal é, na verdade, indagar se o agente, ao praticar um ato específico, agia em prol do interesse público ou com vistas a satisfazer algum interesse pessoal (ou de terceiros). 02. A condenação pela prática do delito previsto no art. 1º, inc. I, do Decreto-Lei nº 201/67 exige, além da comprovação de dano ao Erário, a prova do dolo específico do Prefeito Municipal, consistente na finalidade de apropriar-se e/ou promover o desvio de bens ou rendas públicas, em proveito pessoal ou alheio, haja vista se tratar de crime próprio. (...) 04. No processo criminal vigora o princípio segundo o qual a prova, para alicerçar um decreto condenatório, deve ser irretorquível, cristalina e indiscutível, porque, havendo dúvida, mínima que seja, impõe-se a absolvição, em homenagem ao princípio *in dubio pro reo*” (Apelação Criminal 1.0525.10.014121-3/001, Relator(a): Des.(a) Rubens Gabriel Soares, julgamento em 20/02/2018) (destacou-se)

Merece destaque a transcrição de trecho do voto do Desembargador Relator, especialmente por tratar do rigor na comprovação da existência dos fatos

sujeitos à aplicação das penalidades, além de sua autoria para que a condenação seja levada a efeito:

“Não se desconhece a dificuldade na promoção de investigações que têm por objetivo revelar a prática dos crimes de responsabilidade de Prefeitos. **Todavia, o fato de se tratar de prova de difícil consecução não autoriza que se promova uma verdadeira presunção de que as ações dos investigados sejam sempre voltadas para algum desiderato criminoso.** Lado outro, impende consignar que **não cabe aos réus fazerem prova da sua inocência, pelo contrário, compete à acusação comprovar de forma contundente a existência dos fatos ensejadores da aplicação da pena, bem como sua autoria, porque é precisamente a certeza que legitima a condenação.** No processo criminal vigora o **princípio segundo o qual a prova, para alicerçar um decreto condenatório, deve ser irretorquível, cristalina e indiscutível.** **Havendo dúvida, mínima que seja, impõe-se a absolvição, em homenagem ao princípio in dubio pro reo**”
(destacou-se)

Desta forma, conclui-se que o dolo específico abrange não só a intenção de praticar determinado ato visando atender interesse pessoal ou de terceiro, mas também a necessidade de comprovação da existência de dano ao erário oriundo do ato praticado.

Assim, a configuração da prática de crime de responsabilidade pressupõe a existência e comprovação simultânea dos elementos objetivos e subjetivos do tipo penal, tornando-se imperiosa a comprovação do dolo específico, não bastando o mero enquadramento da conduta ao texto legal.